Cenários da Educação em Pernambuco: Um olhar comparativo da meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2020 em Relação ao Brasil e ao Nordeste

Autor 1: Henrique Guimaraes Coutinho Instituição/ Fundação Joaquim Nabuco

Email: henrique.quimaraes@fundaj.gov.br

Autora 2: Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches/ Fundação Joaquim Nabuco

Email: ana.abranches@fundaj.gov.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa maior em andamento, que analisa o andamento do Plano Nacional de Educação (PNE) no período 2015-2020 nos estados do Nordeste do Brasil. O objetivo principal dessa pesquisa é estabelecer um quadro analítico e crítico da evolução das metas do PNE (2014-2024) na região Nordeste. O presente trabalho, especificamente, tem o objetivo de analisar a Meta 19¹ do Plano Nacional de Educação (2014-2024) no estado de Pernambuco para o ano de 2020² e estabelecer um quadro comparativo com as situações do Brasil e da Região Nordeste.

Nesse sentido é importante ressaltar que na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, estabelece, em sua Seção I, Art. 205, que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

¹ Meta 19 – Gestão Democrática: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

² A escolha desse ano se deu por uma limitação imposta pelos dados da base do Inep, uma vez que essa temática só passou a ser contemplada a partir do ano de 2019,. Isso impossibilitou a análise dos anos anteriores e a consequente condição de estabelecermos uma linha do tempo analítica dessa meta.

Foi para atingir esse planejamento um "plano nacional de educação, de duração decenal" (Art. 214). Segundo esse mesmo artigo, este plano tem como objetivo principal "articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração". E através de diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, possibilite assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas".

O atual PNE entrou em vigor através da Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 e estabelecendo como diretrizes (Art. 2º):

I - Erradicação do analfabetismo; II - Universalização do atendimento escolar; III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - Melhoria da qualidade da educação; V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - Valorização dos (as) profissionais da educação; X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Essas diretrizes foram desdobradas em 20 metas a serem alcançadas no decênio 2014-2024, as quais estabelecem estratégias e prazos para assegurar a determinação constitucional acerca dos direitos à educação no país.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: HORIZONTES E LIMITAÇÕES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Considerando que a Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) está focalizada em mensurar a presença de gestão democrática no ensino básico, tratamos aqui da educação pública que abriga cerca de 80% das trajetórias educacionais da juventude brasileira. Desta forma é fundamental

que se discuta com profundidade o que vem a ser gestão democrática e de que forma seus processos estão presentes no ensino público brasileiro. .

É importante ressaltar que a consolidação da gestão democrática, de forma definitiva, só ocorre, efetivamente, a partir da aprovação da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Para compreendermos de forma mais ampla a importância da gestão democrática no contexto da LDBEN destacamos três Artigos: o Artigo 2º, estabelece que *“a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*. Em seguida o Artigo 3º ; inciso VII determina que *“a educação deverá primar pela gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”*, regulamentando essa obrigação constitucional por parte do Estado em suas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). E, por fim, o Artigo 14 que trata da regulação da participação dos segmentos sociais na gestão educacional determinando que os *sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:*

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes

É importante salientar que existem outros indicativos de gestão democrática na educação, além do marco legal estabelecido na Carta Constitucional de 1988 e na LDBEN/1996, e nesse sentido apontamos como indicadores centrais desse processo : (1) presença de processos de eleição para escolha de diretores e de representantes para os diversos conselhos da educação, (2) existência de projeto político pedagógico elaborado com participação (representantes da sociedade, da gestão e dos profissionais da educação) e (3) transparência e publicização de balanços e gastos educacionais por parte da gestão escolar. (ARRETCHE, 1999; CURY, 2007)

Assim selecionamos algumas variáveis do Censo do Inep/2020 e elaboramos os quadros abaixo para ilustrarmos com mais clareza o cenário que está em volta da gestão democrática na educação pública brasileira.

QUADRO 1 - PERFIL E FORMAS DE SELEÇÃO DE GESTORES

ENTE FEDERADO	CONCURSADO	GESTOR INDICADO PELA GESTÃO
BRASIL	77,4	54,9
NORDESTE	69,9	62,4
PERNAMBUCO	48,1	59,0

FONTE: INEP/ CENSO ESCOLAR/2020

O quadro 1 acima identifica o perfil dos gestores e como eles foram escolhidos para exercerem seus cargos sempre comparando Pernambuco (PE) com o Nordeste (NE) e com o Brasil (BR). Identificamos que nosso estado ainda apresenta um percentual muito abaixo do BR e do NE em relação ao quadro de gestores concursados com 48% contra 77,4 (BR) e 69,9 (NE). Quanto aos processos de ocupação do cargo de gestor e isso denota ainda uma baixa democratização para o exercício dos cargos observamos que a maioria dos gestores são indicados pela gestão sem participação da sociedade com Pernambuco apresentando 59% de indicações contra BR (55%) e NE (62,4).

QUADRO 2: INDICADORES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

ENTE FEDERADO	CONSELHO ESCOLAR	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES	GRÊMIO ESTUDANTIL
BRASIL	67,5	32,2	12,6
NORDESTE	54,6	26,1	10,2
PERNAMBUCO	42,8	4,4	4,9

FONTE: INEP/ CENSO ESCOLAR/2020

O quadro 2 acima nos mostra algumas variáveis que podem indicar a presença de gestão democrática na escola, mas ressaltando que mesmo a presença do conjunto dessas variáveis não deve ser associado a garantia da democratização da gestão, apenas aumenta a probabilidade de sua presença.

Em relação a presença de conselho escolar como indicador de maior probabilidade de gestão democrática, observamos que Pernambuco com 42,8% de escolas, está abaixo do BR com (67,5%) e do NE com (54,6%). Em relação a associação de pais e mestres como um indicador que aumenta a probabilidade de gestão democrática, encontramos para o BR (32,25%) e NE (26,1%), já Pernambuco com com 4,4% mostra fragilidade na participação dos pais. Em relação a grêmio estudantil considerando como processo de aprendizagem de participação observamos percentuais de presença nesses espaços muito baixos denotando pouco interesse dos jovens e da gestão escolar com PE (4,9%) , BR (12,6%) e NE (10,2%) de escolas com grêmio estudantil. Muito ainda precisa ser feito para podermos assegurar uma efetiva gestão democrática nas esolas com participação e controle social .

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T.S. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia. São Paulo em Perspectiva, 18(2), 17-26. 2004

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. In: Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.